

CORREIO BASTIDORES

Lula Marques/Agência Brasil



Documento foi assinado por Renan Calheiros

CAE do Senado cria grupo para apurar banco Master

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal decidiu criar um grupo de trabalho para acompanhar as investigações envolvendo o Banco Master. A iniciativa está formalizada na Instrução Normativa nº 01/2026, obtida com exclusividade pela coluna, assinada nesta quinta-feira, 15 de janeiro de 2026, pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros. A medida se apoia na gravidade dos fatos revelados pela mídia, nas apurações em andamento na Polícia Federal e nas deliberações já adotadas pelo Banco Central e pelo Tribunal de Contas da União, ampliando o papel do Senado diante do impacto econômico e político das suspeitas em análise no país.

Oito senadores

Sob coordenação da Presidência da CAE, o grupo será composto pelos senadores Fernando Farias, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros e Damares Alves. Entre as atribuições previstas estão a apresentação de requerimentos de informação, convocações de autoridades e a proposição de medidas legislativas relacionadas ao caso, com foco no acompanhamento permanente das investigações oficiais.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Havia mandados de prisão contra irmã do prefeito

Nunes: irmã é detida com Smart Sampa

A Polícia Militar deteve a meia-irmã do prefeito Ricardo Nunes (MDB) na tarde desta quinta-feira (15). Contra ela havia dois mandados de prisão em aberto relacionados aos crimes de desacato, lesão corporal e embriaguez ao volante. As condenações são para regime aberto. Janaína Reis Miron, 49, estava em uma unidade básica de saúde na rua Clara Mantelli, bairro Veleiros, na zona sul da capital, quando teve o rosto identificado por uma câmera do Smart Sampa, programa da Prefeitura de São Paulo que visa identificar e prender foragidos da Justiça.

'Amparada em mandados judiciais'

A gestão municipal afirmou apenas que "a prisão está amparada em mandados judiciais, obedeceu ao rigor da lei e foi executada seguindo os critérios de identificação do Smart Sampa". O sistema compara o rosto de todos que passam pelas câmeras com o banco de dados dos procurados pela Justiça. As informações foram divulgadas pelo jornalista Paulo Eduardo Dias, da Folha. Janaína não se manifestou.

Zigue-zague

A região onde Janaína foi detida é a mesma onde mora o prefeito. A mulher foi conduzida para o 11º DP. Segundo um dos processos contra a irmã do prefeito, em 20 de outubro de 2022, policiais militares rodoviários afirmam que ela foi flagrada dirigindo em zigue-zague na rodovia João Hipólito Martins.

Insultos

Conforme os agentes, ela "apresentava os sinais clássicos de embriaguez, fala pastosa, odor etílico e, ao sair do veículo, ela estava com andar cambaleante". No B.O de prisão em flagrante consta ainda que ela teria chamado os policiais de "bando de vagabundos" e que eles eram "inferiores ao meu marido, que é capitão da PM".

Tratamento

Na decisão judicial, consta que a acusada negou estar embriaga, mas sim sob efeito de medicação e que havia começado um tratamento médico. De acordo com balanço da prefeitura, o Smart Sampa prendeu 2.630 foragidos até as 17h desta quinta-feira. Além disso, 3.650 pessoas foram detidas em flagrante.

Ratinho Jr.

O governador do Paraná, Ratinho Jr., participou de reuniões no início do ano com lideranças do PSD, incluindo o presidente do partido, Gilberto Kassab, e colocou seu nome à disposição para a disputa presidencial. Kassab já sinalizou que a legenda deve ter candidatura própria, caso o senador Flávio Bolsonaro (PL) mantenha seu nome.

Só com Tarcísio

O cenário só seria outro se o próprio Tarcísio fosse candidato ao Planalto, no caso da desistência do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A liderança do PSD, porém, ainda não bateu o martelo sobre o nome escolhido para a disputa. Segue no páreo o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

'Honrado'

À imprensa, Ratinho disse que: "Mais do que nomes, é projeto. Quem vai ter capacidade de liderar um novo projeto para o Brasil. Se meu nome for escolhido internamente, fico muito honrado e vou aceitar o desafio", afirmou o governador. Informações de Ana Luiza Albuquerque e Catia Seabra, da Folhapress.



Wellington tomou posse em cerimônia discreta no Planalto

Lula faz ação para combater o crime

Presidente reúne poderes para tornar política de Estado

Por Beatriz Matos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu transformar o combate ao crime organizado em uma política de Estado, com atuação integrada e permanente entre órgãos do Executivo, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

A decisão foi anunciada nesta quinta-feira (15) pelo novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, após reunião convocada pelo presidente no Palácio do Planalto.

O encontro ocorreu poucas horas depois da cerimônia simbólica e fechada de posse de Wellington César, que contou apenas com a presença de Lula, do ex-ministro Ricardo Lewandowski e do novo titular da pasta. Ainda pela manhã, o ministro participou da reunião considerada central para redefinir a estratégia de segurança pública do governo, em meio à pressão por respostas mais firmes diante do avanço das organizações criminosas.

Decisão política

Segundo Wellington César Lima, a deliberação foi compartilhada por todos os participantes e reconhece que o enfrentamento ao crime organizado precisa ultrapassar a lógica de ações pontuais de governo. "Houve uma decisão do presidente da República, compartilhada por todos

os atores presentes, de elevar ao status de ação do Estado o combate ao crime organizado", afirmou.

A avaliação do governo é de que a gravidade do cenário impõe uma atuação conjunta e coordenada. A reunião contou com ministros de Estado, autoridades do sistema de Justiça e dirigentes de órgãos estratégicos, como Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central e Ministério Público, em uma sinalização de alinhamento institucional para enfrentar organizações criminosas que atuam de forma estruturada, com poder econômico e ramificações internacionais.

Ação integrada

Participaram do encontro o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, além de representantes da área econômica, da Receita Federal e da comunicação do governo.

De acordo com o ministro da Justiça, órgãos como Polícia Federal e Receita já vêm adotando iniciativas relevantes, mas a efetividade dessas ações depende de sintonia institucional com o Ministério Público e o Judiciário. "As ações de governo, por mais competentes e determinadas que sejam, precisam da colaboração desses órgãos de Estado".